

Feministas defendem Previdência com inclusão social

Começou esta semana a divulgação das "Propostas das Mulheres para a Reforma da Previdência" junto a movimentos de mulheres, demais movimentos sociais, parlamentares, imprensa e sociedade em geral.

No documento, redes e articulações nacionais feministas frisam o marco ético do direito à proteção social "que deve, necessariamente, estar na base de um sistema previdenciário amplo e inclusivo (...), capaz de promover justiça social, eliminar os privilégios e contribuir para a redução das desigualdades".

As Propostas foram produzidas no processo de preparação e de realização do seminário "As Mulheres na Reforma da Previdência", promovido pelo CFEMEA, Bancada Feminina do Congresso e Comissão Especial de Reforma da Previdência, da Câmara de Deputados. O texto incorpora os debates realizados neste evento, considerando a contribuição de Laura Pautassi, advogada e pesquisadora argentina, que ressaltou a ausência total de equidade de gênero nas reformas da Previdência realizadas em oito países latino-americanos. Entre outros aspectos, Laura frisou que não foi considerada nas reformas a inserção das mulheres em trabalhos precários (ausência de direitos trabalhistas) e de baixa remuneração. Em todos os países verifica-se claramente a opção pelo receituário das instituições financeiras multilaterais e nenhuma preocupação com a qualidade de vida de idosas/os ou com o custo social da reprodução.

Na visão da professora Laura Tavares (UERJ), em nome da diminuição dos encargos sociais das empresas, o que ocorreu, na América Latina, foi o aumento do trabalho informal entre as mulheres. Tornou-se mais difícil o acesso aos benefícios da Seguridade Social que, entre outras coisas, resultou em perda ou diminuição de direitos vinculados à maternidade. Assim, o desmonte das políticas de proteção social aumentou a carga doméstica e social das mulheres no cuidado com doentes, idosas/os e crianças.

Falando do Brasil, Salete Macaloz destacou, no seminário, que a reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional aumenta a injustiça social para as mulheres. Isso, porque amplia o impacto já imposto pela criação do fator previdenciário, durante o Governo de Fernando Henrique. Neste contexto, a professora de direito tributário, Misabel Derzi, defende o reconhecimento do trabalho reprodutivo, independente de quem o realiza, o que está em sintonia com o debate feminista da Previdência realizado no país. Veja mais na seção CONtextos.

Nem um direito a menos

Com este mote, a Rede de Mulheres no Rádio produziu, em parceria com a AMB, um CD com *spots* sobre a reforma da Previdência, que vem sendo distribuído para quase 400 mulheres, comunicadoras de todas as regiões do país, desde a semana passada.

Através desta iniciativa a AMB e a Rede pretendem levar às mulheres a reflexão sobre o tema, difundindo o debate feminista em programas de rádios comunitárias e rádios comerciais, principalmente em cidades de médio e pequeno portes. As comunicadoras estão em sua maioria localizadas em áreas urbanas, porém vários programas da Rede alcançam um público rural.

CEDAW

Lançado dia 11, na VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos, o relatório do movimento de mulheres à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. No evento também foram apresentados os relatórios sobre a situação dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, feito por Relatoras/es Nacionais em DhESC (veja AE 38). Mais informações: www.agende.org.br.

Encontros Feministas

Começa nesta quarta (18), em São Paulo, o **V Seminário Nacional de Lésbicas**. A partir do dia 19, a programação se orienta por eixos de debate, focando saúde, educação & cultura, cidadania & políticas públicas.

Para o eixo Saúde foram organizadas três mesas, que vão abordar desde assuntos ligados a DST entre lésbicas à saúde mental, prevenção do câncer de mama e do útero, além de corpo, prazer e erótico feminino. No eixo Educação & Cultura, haverá palestra sobre: questão racial, alfabetização de lésbicas, literatura e identidade lésbica, encerrando com deficiência e cidadania.

O terceiro eixo do Seminário vai focar políticas públicas voltadas para lésbicas e/ou que assegurem livre orientação sexual, incluindo uma discussão sobre legislação e parceria civil. Somando-se a esta pauta tão ampla e diversa, consta ainda na programação do V Senale a presença das participantes na I Caminhada das Mulheres Lésbicas e Simpatizantes de São Paulo, dia 21, e na VII Parada do Orgulho Lésbico, Gay, Bissexual e Transgênero do Estado, dia 22.

•

Acontece de 26 a 29 deste mês, em Juazeiro do Norte, no Ceará, o **VIII Encontro da Rede de Mulheres no Rádio**. A AMB estará na mesa de abertura do evento, que vai abordar "A Participação Política das Mulheres no Brasil: respeito à diversidade". Nilze Costa, do Fórum de Mulheres Cearenses representará a Articulação.

No VIII Encontro também haverá Mostra com apresentações de programas de rádio e dois importantes debates. Um sobre a "Participação Política da Rede de Mulheres no Rádio" e outro a respeito da "Rede e seu papel no movimento de mulheres e na conjuntura brasileira". As comunicadoras também vão discutir sobre captação de recursos e, ao final do Encontro, eleger companheiras para a secretaria e para o comitê político, além das representantes estaduais. Informações: www.cemina.org.br

Mulheres em Destaque

Este mês, as feministas latino-americanas comemoram a ida de Cecilia Medina para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como frisou Lucy Garrido, da Articulação Feminista Marcosur, a eleição de Cecilia ocorreu graças a "seus méritos, sua trajetória e porque uma enorme quantidade de grupos de mulheres, de feministas e de direitos humanos se mobilizaram".

Cecilia foi eleita durante a 33ª Reunião Anual da Organização dos Estados Americanos (OEA), dia 10 de junho, na Assembléia Geral. Atendendo à convocação da AFM, a AMB mobilizou fóruns e articulações estaduais (através de um "Articulando Assinaturas") e felicita Cecilia e todas/os que participaram da iniciativa.

Contra os Fundamentalismos

O Fórum de Mulheres de Salvador promoveu, dia 5 deste mês, o lançamento estadual da Campanha contra os Fundamentalismos. No ato, foi realizada uma mesa redonda, com presença da Secretária Executiva da CESE, Eliana Rolemberg, e de Samuel Vida, professor da UFBA e integrante do Movimento contra a Intolerância Religiosa, além de Sílvia Camurça, da Secretaria Executiva da AMB.

Eliana focou fundamentalismo e preconceito como as raízes das diversas formas de violência no mundo, tanto no âmbito das relações interpessoais, como no espaço macropolítico, do contexto internacional. Samuel aprofundou a intolerância presente nas religiões e Sílvia Camurça chamou a atenção para os efeitos dos fundamentalismos sobre as mulheres. Segundo ela, a reflexão sobre esses efeitos estão na gênese da Campanha lançada pela Articulação Feminista Marcosur no Fórum Social Mundial 2002. E vêm sendo denunciados por feministas indianas desde a década de 80, e por outras, de diversos países, nos fóruns não-governamentais realizados durante o ciclo social de conferências da ONU.

CONtextos – Nesta edição, anexamos o documento apresentado por redes e movimentos de mulheres no Seminário sobre Mulheres e Previdência (veja nota). E, levando em conta o Seminário "Estratégias das Mulheres para a Organização Mundial do Comércio", nos próximos dias 23 e 24, no Rio, divulgamos a entrevista com Taciana Gouveia (SOS Corpo / Observatório da Cidadania), sobre Mulheres e Comércio Internacional, no site da AMB (www.articulacaodemulheres.org.br). O Seminário é uma promoção da Rede Internacional de Gênero e Comércio.